

FONTE : Correio Braziliense

CLASS. : 10

DATA : 1 3 89

PG. : 3

Ecologia suspeita

A decisão do presidente dos Estados Unidos, George Bush, de pedir ao primeiro-ministro japonês para que o seu Governo se recuse a financiar a construção de estrada que liga o Brasil ao Peru, via Acre, abrindo uma porta para a saída dos produtos brasileiros pelo Pacífico, é extremamente suspeita, além de representar uma intromissão em assuntos internos de nosso país.

O Sr. George Bush estaria efetivamente preocupado com a preservação do ecossistema amazônico ou apenas empenhado em defender os interesses dos agricultores norte-americanos, impedindo que nossos grãos concorram no florescente comércio do Pacífico? Embora seja legítima a preocupação com os diários atentados à natureza em nosso país, em particular na Amazônia, a onda conservacionista tem certo ar suspeito.

São os países mais ricos do Hemisfério Norte — americanos e europeus — que se levantam indignados contra a exploração predatória da floresta amazônica, chegando a contestar os planos de aproveitamento hidrelétrico anunciados pelo Governo brasileiro. Os mais ricos desejam que mantenhamos a floresta intocada para que possam estudar animais, plantas e índios em estado natural.

Acontece que os países industrializados não têm autoridade para nos ensinar caminhos para defesa do meio ambiente. Com seus poderosos parques industriais, são eles quem mais poluem no mundo, sendo

responsáveis pela emissão de certos gases — a chamada chuva ácida — que está destruindo a Floresta Negra, na Alemanha. Estados Unidos e países europeus, aliás, destruíram praticamente toda a cobertura florestal que possuíam.

Ademais, são os países mais ricos do mundo, à frente os Estados Unidos e a União Soviética, que construíram arsenais atômicos com capacidade para destruir o mundo quarenta vezes. Será que esses países, que possuem o poder de acabar com qualquer resquício de vida na face da terra, terão autoridade moral para nos ensinar a defender a natureza?

O Brasil ainda é um país subdesenvolvido que não pode renunciar à exploração dos seus imensos recursos naturais, inclusive na Amazônia. Está claro que o Governo e a sociedade devem se empenhar em conciliar a exploração racional desses recursos com a preservação da natureza como forma inteligente de proteger o rico potencial para o futuro.

Programa dessa ordem deve ser decidido soberanamente pelo Brasil, sem que isso implique não aceitar recursos e sugestões de fora. O que se faz indispensável é que o Brasil tenha absoluta autonomia para traçar a política de conservação da natureza, sem comprometer os interesses econômicos nacionais. Afinal de contas, temos o direito de decidir sobre o que é conveniente fazer deste imenso território.